

FERROVIA DEVE LIGAR CORAÇÃO DO AGRONEGÓCIO AO PORTO DE ÍLHÉUS



Delfim Martins/Blog do Planalto

O município de Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, está no centro de dois grandes projetos ferroviários que prometem transformar o transporte de cargas no Brasil. O mais recente deles é o plano do governo federal para concessão de 2.400 quilômetros de trilhos, conectando o coração do agronegócio em Mato Grosso ao Porto de Ilhéus, na Bahia. A outra iniciativa, que já está em andamento, é a Ferrovia Estadual Senador Vicente Emílio Vuolo, que vai interligar o município ao Porto de Santos (SP). O plano do governo federal integra os traçados da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) e da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico), que já está em construção na divisa de MT

PÁG. 3

MORTE DE ZAMPIERI FAZ 1 ANO E ABRE 'CAIXA DE PANDORA'

O assassinato do advogado Roberto Zamperri completou um ano na quinta-feira, 5 de dezembro de 2023. O crime cometido no bairro Bosque da Saúde, em Cuiabá, abalou a advocacia mato-grossense e acabou

revelando um escândalo nacional de venda de sentenças judiciais, atingindo até o Superior Tribunal de Justiça (STJ). A descoberta veio após perícias realizadas no celular da vítima, cujas informações expuseram uma rede de cor-

rupção envolvendo empresários e membros do Judiciário. O caso "subiu de nível" devido à suspeita de envolvimento de membros do STJ em esquema de venda de sentenças de nível nacional

PÁG. 5



Reprodução

RUSSI NEGA RACHA NO PSB E GARANTE INDEPENDÊNCIA



Gilberto Leite | Estadão Mato Grosso

O primeiro-secretário da Assembleia Legislativa e presidente estadual do PSB, Max Russi, reafirmou que os vereadores eleitos pelo partido têm liberdade para escolher em quem votar para o novo presidente da Câmara Municipal de Cuiabá. O parlamentar negou a existência de um racha dentro da legenda. O PSB foi o partido mais votado para a Câmara Municipal nas eleições de outubro. Ao todo, o partido elegeu quatro vereadores. Ilde Taques e Katiúscia Manteli estão a favor da Mesa encabeçada por Paula Calil (PL), enquanto Didimo Vovô apoia Jeferson Siqueira (PSD)

PÁG. 8



Alessandra Cabral/CPB

FESTIVAL PARALÍMPICO OFERECE VIVÊNCIAS A CRIANÇAS E JOVENS DE MT

PÁG. 6

FACEBOOK

INSTAGRAM

ESTADÃO
Confira nossas Redes Sociais!

Leia a versão digital do **Estadão Mato Grosso** no seu celular pelo QR Code ao lado!

SEXTA - 06/12

↑ 31°

↓ 25°

EDITORIAL

Retrocesso vacinal

Entre as consequências mais graves da pandemia de covid-19, a vacinação infantil contra doenças já conhecidas - como meningite, coqueluche e sarampo - registrou o pior dos retrocessos. Levantamento realizado com base nos dados do Ministério da Saúde apontou que a vacinação infantil atingiu o menor patamar em três décadas, abrindo margem para o retorno de doenças que já não faziam mais parte do cotidiano dos brasileiros, como a poliomielite.

Esse retrocesso já vinha acontecendo silenciosamente desde 2016. A pentavalente - que protege contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e bactéria *Haemophilus* - tinha cobertura de 96% em 2013, que caiu para 84% em 2017 e atingiu 68% em 2021. A tríplice viral, que protege contra o sarampo, rubéola e caxumba, caiu de 107% de cobertura vacinal em 2013 para 86% em 2017 e chegou a 71% em 2021. Não é de se espantar que Roraima tenha vivido um surto dessa doença em 2018.

Outrora conhecido como um exemplo na imunização infantil, o Brasil corre o risco de ver a ressurgência de doenças que já haviam sido esquecidas. Para alguns especialistas, é um problema decorrente do próprio sucesso do programa de imunização, já que a prevenção dessas doenças graves faz a população esquecer que elas existiam e, assim, passa a negar os benefícios da vacinação.

Mas também há um 'dedinho' estatal incentivando a queda na vacinação, por meio do corte de verbas destinadas à publicidade das campanhas de vacinação. Esses recursos vêm sendo cortados consistentemente desde 2017, quando se investia R\$ 97 milhões ao ano para levar os brasileiros aos postos de vacinação. Desde então, caiu para R\$ 86 milhões em 2018 e foi caindo até chegar ao patamar mínimo de R\$ 33 milhões em 2021, ano da pandemia. Justamente o ano da pior cobertura vacinal em 30 anos. Isso sem falar nas ações mais recentes que contestaram a necessidade de vacinar crian-

ças contra a covid-19, levando pais e responsáveis a contestar a vacinação como um todo.

Com a baixa vacinação, algumas regiões do Brasil já sofrem com surtos de doenças que eram consideradas sob controle. Além do surto de sarampo em Roraima, houve surto de febre amarela em nove estados entre 2016 e 2017, e de coqueluche, além de casos de difteria e doença meningocócica. Essas doenças causavam internações constantes entre 1980 e 1990, mas foram aos poucos caindo no esquecimento devido ao avanço da vacinação.

Para recuperar a cobertura vacinal e reverter o patamar de imunização, será necessário um esforço hercúleo do governo. A comunicação deve exercer um papel primordial, lembrando à população dos danos que essas doenças causavam em décadas passadas, quando as vacinas não eram tão disponíveis. Também é preciso combater a ideologização das campanhas de vacinação. Não será fácil, mas nossas crianças merecem a chance de um futuro.

Ajuste fiscal sem hipocrisia

Ricardo Viveiros (*)



O debate sobre o ajuste fiscal no Brasil parece girar em torno de um eixo fixo: o sacrifício dos mais vulneráveis. A cada nova proposta ou clamor dos "procuradores" da Faria Lima - aqueles agentes do mercado que, dentro ou fora do governo, sempre encontram aplausos nos mais favorecidos - o alvo permanece inalterado: cortar investimentos sociais. Para eles, o equilíbrio das contas públicas é mágico, mas seletivo.

Os números não mentem, ainda que a interpretação seja frequentemente enviesada. No orçamento de 2024, os gastos com Forças Armadas somam R\$ 86,8 bilhões, enquanto incentivos fiscais para empresas alcançam R\$ 97,7 bilhões até agosto. Acrescente-se a isso os R\$ 44,67 bilhões destinados às emendas parlamentares - muitas vezes instrumentos de barganha política -, e temos um total de R\$ 229,17 bilhões que raramente entram na mira dos "ajustes". E isso sem falar na generosidade do Plano Safra 2024/2025: R\$ 400,59 bilhões para os gigantes do agronegócio, muitas vezes os mesmos que acumulam dívidas monumentais.

O discurso hegemônico evita tocar em privilégios estabelecidos, optando por sacrificar o pouco que sustenta muitos. Quando se fala em cortes, não são os incentivos bilionários ao setor empresarial ou os subsídios ao agro que entram em pauta. Ao contrário, é a proteção social que se torna alvo preferencial. Programas como o Bolsa Família (R\$ 14 bilhões), o Benefício de Prestação Continuada (R\$ 30 bilhões), o Farmácia Popular (R\$ 3,4 bilhões) e até iniciativas modestas, como o Vale Gás (R\$ 3,7 bilhões), são tratados como "excessos" a serem eliminados.

Somados, esses programas representam R\$ 60,8 bilhões - menos de um sexto do que é destinado às Forças Armadas, incentivos fiscais e emendas parlamentares. Ainda assim, são apresentados como o grande problema fiscal. Sem falar, claro, também das sempre sacrificadas áreas como Meio Ambiente e Cultura. É uma narrativa que desconsidera vidas humanas e ignora o papel essencial desses programas para a sobrevivência de milhões de brasileiros.

Há um padrão evidente nessa dança de cortes: desmontar, pouco a pouco, as bases de um projeto de governo que

foi escolhido democraticamente nas urnas. E que, como vemos, é rejeitado pela seita que não aceita o resultado das últimas eleições e trama um golpe de Estado. Enquanto a retórica dos "ajustes" é propagada como técnica e neutra, seu impacto é profundamente político e ideológico. Trata-se, na prática, de inviabilizar políticas públicas que combatem desigualdades históricas, ao mesmo tempo em que se preserva - ou mesmo se amplia - a "bondade" destinada aos setores mais abastados.

Esse golpe fiscal, embora mais sutil do que os atropalhados ataques terroristas aos prédios dos três poderes e as ameaças de morte contra personalidades públicas, tem consequências igualmente preocupantes. Cada corte em programas sociais cobra um preço em vidas humanas, seja no aumento da fome, na precarização da saúde ou na exclusão educacional. E, ao contrário do que apregoam os arautos do mercado, não é o Estado "inchado" que pesa sobre o orçamento, mas sim as escolhas deliberadas que priorizam poucos em detrimento de muitos.

A discussão sobre ajuste fiscal não precisa ser tabu. É verdade que há gastos injustificáveis e outros que, no mínimo, merecem revisão. No entanto, o debate deveria começar por onde o impacto social é menor - como os incentivos ao grande capital e as benesses ao agronegócio - e não pela exclusão dos mais vulneráveis. Várias empresas responsáveis do setor agrícola não dependem de favores, são geradoras de empregos e renda, tratam com respeito seus trabalhadores, não agredem o meio ambiente e pagam impostos como qualquer negócio. Idem na indústria, no comércio e nos serviços.

A narrativa dominante precisa ser desafiada. Não há mágica no ajuste fiscal, apenas escolhas políticas. E, enquanto essas escolhas ignorarem os mais necessitados, o "ajuste" continuará sendo apenas um eufemismo para a perpetuação da desigualdade.

*RICARDO VIVEIROS é jornalista, professor e escritor, é doutor em Educação, Arte e História da Cultura; autor, entre outros livros, de "A Vila que Descobriu o Brasil" (Geração), "Justiça Seja Feita" (Sesi-SP) e "Memórias de um Tempo Obscuro" (Contexto).

Por que confiar na Psicologia?

José Luiz Raymon (*)



Uma das melhores decisões e maiores conquistas da minha vida profissional até aqui foi conhecer e me tornar filiado à Associação Brasileira de Psicologia baseada em evidência (ABPBE). O motivo é bem simples: preciso confiar cada vez mais na Psicologia clínica, preciso tornar a Psicologia clínica confiável para os leigos e também preciso passar segurança técnica para os meus pacientes que constantemente investem em minha prática profissional. E algumas reflexões sobre tudo isso me levaram a escrever esse texto e torná-lo público.

São muitas dúvidas sobre a Psicologia clínica: O Psicólogo deve só ouvir o paciente ou deve intervir com sugestões? O paciente pode discordar do Psicólogo? O paciente precisa de diagnóstico psicopatológico ou não? Como o Psicólogo vai saber qual técnica é mais confiável para um problema de comportamento específico?

Antes de trazer luz a qualquer tópico anterior é preciso considerar que a Psicologia clínica não possui um único paradigma teórico e técnico. Algumas abordagens são científicas e confiáveis, outras ainda carecem de estudos e há ainda aquelas que sequer estão preocupadas em serem científicas. Além disso, para certos transtornos mentais apenas certo referencial teórico específico é validado e possui técnicas com evidências suficientes para garantir que o Psicólogo realmente alcançará a diminuição de sintomas ou até mesmo a superação de patologias (quando transitórias). Como exemplo, o treino comportamental possui ampla evidência para os quadros de autismo em todas as idades, assim como a desfunção cognitiva para a maioria dos quadros ansiosos. Já as intervenções ACT não fazem impacto suficiente para personalidade paranóide nem a reestruturação cognitiva para os esquizofrênicos. O resumo é: a Psicologia clínica é sim muito confiável, mas é preciso que a prática e técnica de tal profissional tenha

fundamentação teórica confiável para cada demanda. E é exatamente esse o "x" da questão.

Saber que em minha profissão não tudo é confiável para todas as demandas é uma dor que carrego como profissional. Estou convencido de que a melhor solução para essa dor é tornar científica toda a Psicologia clínica, de modo a existir somente prática baseada em evidências e ao mesmo tempo elucidar os leigos sobre as especialidades teóricas. Enquanto não conquistarmos isso, oriento aos pacientes em psicoterapia explorarem ao máximo as entrevistas clínicas no contato inicial com seu profissional. Uma conversa franca em que o paciente pergunta e o profissional explica faz toda a diferença. Está aí uma dúvida sanada: a conversa no consultório tem que ser dinâmica, com o Psicólogo comunicativo e o paciente cooperativo, fazendo suas ponderações e tirando dúvidas. O silêncio e a passividade do profissional não o tornam confiável pois as práticas com maiores evidências científicas impõem a participação ativa com diálogo, feedback constante e orientações comportamentais diretas.

Trata-se de um processo contínuo de melhora. A Psicologia clínica é uma área de intervenção na saúde humana e precisa ser levada muito a sério por parte dos Psicólogos clínicos prestadores desse serviço. A população que busca o profissional clínico também precisa ser minimamente informada desses fatos metodológicos e teóricos que podem influenciar diretamente a saúde mental de alguém, às vezes não progredindo o tratamento ou infelizmente até retroceder diante de um Psicólogo com fundamentos ainda não aceitos pelas pesquisas da área.

*JOSÉ LUIZ RAYMON é psicólogo clínico formado pela UFR, especialista na Terapia-Cognitivo Comportamental (TCC) e Análise Comportamental (AC). Filiado à Associação Brasileira de Psicologia Baseada em Evidências (ABPBE).

Pacote Fiscal: exclusão social

André Naves (*)



O pacote fiscal recentemente anunciado pelo governo tem se mostrado um equívoco monumental, tanto na forma quanto no conteúdo, intensificando a instabilidade econômica no país. A reação do mercado foi contundente: depreciação do real frente ao dólar, aumento dos juros futuros e maior pressão sobre as contas públicas.

A desconfiança gerada pelas medidas expõe não apenas a ausência de planejamento consistente, mas também o descaso com os setores mais vulneráveis da sociedade, sobretudo as pessoas com deficiência e outros grupos hipervulnerabilizados.

Entre os reflexos mais graves está o aumento da pressão por cortes nos benefícios sociais. A tentativa de racionalizar gastos sociais não foi acompanhada por políticas amplas de desburocratização ou de estímulo econômico que pudessem gerar empregos e fomentar o empreendedorismo. Sem essas iniciativas, as populações mais vulneráveis permanecem presas a ciclos de pobreza e exclusão. O verdadeiro "benefício social", como autonomia e emancipação econômica, continua sendo ignorado em nome de ajustes fiscais regressivos.

Um exemplo flagrante da desconexão entre as ações governamentais e a realidade das populações hipervulneráveis é o PL 4614/2004, que endurece as regras para a concessão de benefícios assistenciais. Relatado pelo deputado federal José Guimarães (PT/CE), o projeto estabelece critérios draconianos e desproporcionais que contrariam o espírito protetivo da Constituição Federal. Como pilar da Ordem Social, a Constituição garante proteção aos mais vulneráveis, e qualquer legislação infraconstitucional que a desrespeite é, por definição, inconstitucional.

O uso da inteligência artificial, por exemplo, para realizar um "pente fino" nos benefícios assistenciais pode até parecer uma proposta racional, mas, em sua aplicação desproporcional, corre o risco de se conver-

ter em uma política excludente e insensível. Embora seja verdade que distorções no sistema precisam ser corrigidas, a execução dessas medidas sem o devido cuidado ameaça retirar direitos de quem mais necessita, aprofundando desigualdades estruturais.

Ainda mais preocupante é a perpetuação de privilégios a grupos politicamente organizados, que continuam blindados contra os cortes e ajustes que recaem, invariavelmente, sobre os menos favorecidos. Essa postura não apenas agrava a desigualdade social como também perpetua a histórica exclusão econômica no país.

O resultado é um pacote fiscal que sacrifica os mais necessitados em benefício de uma elite privilegiada. Um governo comprometido com a Justiça Social deveria priorizar a correção de privilégios e a implementação de políticas que promovam a inclusão econômica, e não o contrário. Medidas que reforçam a exclusão social e a precarização são incompatíveis com os valores constitucionais de dignidade humana e igualdade.

Portanto, ao invés de dismantlar Direitos Fundamentais, o governo deveria investir em soluções inclusivas e sustentáveis. Isso inclui a revisão dos privilégios orçamentários de grupos poderosos, a promoção de uma economia dinâmica e acessível, e o fortalecimento de políticas sociais que verdadeiramente emancipem os cidadãos.

O fracasso do pacote fiscal não reside apenas em sua ineficiência econômica, mas também no grave retrocesso que representa para os Direitos Humanos, Individuais e Sociais.

*ANDRÉ NAVES é Defensor Público Federal formado em Direito pela USP, especialista em Direitos Humanos e Inclusão Social, mestre em Economia Política pela PUC/SP, Cientista Político pela Hillsdale College e doutor em Economia pela Princeton University. Comendador Cultural. Escritor e Professor (@andrenaves.def).

PUBLICIDADE LEGAL

ANUNCIE BALANÇOS,
EDITAIS E AVISOS.

(65) 99228-9990

• ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS
• CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS
• ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...

P
UBLICAR

REVOLUÇÃO LOGÍSTICA

Lucas vira 'epicentro' ferroviário

Plano do governo federal prevê concessão de 2.400 quilômetros de ferrovia, ligando Lucas do Rio Verde ao Porto de Ilhéus, na Bahia

Gabriel Soares

O município de Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, está no centro de dois grandes projetos ferroviários que prometem transformar o transporte de cargas no Brasil. O mais recente deles é o plano do governo federal para concessão de 2.400 quilômetros de trilhos, conectando o coração do agronegócio em Mato Grosso ao Porto de Ilhéus, na Bahia. A outra iniciativa, que já está em andamento, é a Ferrovia Estadual Senador Vicente Emílio Vuolo, que vai interligar o município ao Porto de Santos, em São Paulo.

O plano do governo federal integra os traçados da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) e da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), conectando também o eixo da Ferrovia Norte-Sul, que já liga o interior de São Paulo ao Maranhão. Segundo o jornal Folha de S. Paulo, o Ministério dos Transportes já está conduzindo os estudos de viabilidade técnica e econômica para a concessão conjunta, com previsão de concluí-los ainda neste mês, para serem

encaminhados à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O diretor-geral da ANTT, Rafael Vitale, informou que o objetivo é abrir a consulta pública para o projeto no final de janeiro de 2025. Um dos pontos em análise é uma possível alteração no traçado da Fiol, substituindo o trecho final original que ligaria Barreiras (BA) a Figueirópolis (TO) por um trajeto que alcance Mara Rosa (GO), onde a Fiol se conectaria diretamente à Fico, que já está sendo construída pela Vale.

"Essa alteração busca integrar de forma mais eficiente as duas ferrovias e potencializar os investimentos, criando um corredor logístico de alcance nacional", explicou Vitale, em entrevista à Folha de S. Paulo.

A concessão à iniciativa privada busca resolver um problema que está nas mãos do governo federal há anos. Com a construção sob responsabilidade da estatal Infra S.A., a Fiol enfrenta desafios que travam sua conclusão há mais de uma década. Com 1.022 quilômetros projetados entre Ilhéus e Barreiras, a

ferrovia tem trechos concluídos e outros ainda em construção.

Os 171 km de trilhos já concluídos para ligar Ilhéus a Caetité foram concedidos à empresa Bamin Mineração, que tem origem no Cazaquistão. Porém, a mineradora está em processo de devolução dessa concessão, alegando dificuldades financeiras, o que aumentou as incertezas quanto à continuidade do projeto.

Segundo a Folha de S. Paulo, há conversas entre a Vale e o governo para que o novo projeto seja concedido à gigante brasileira. As articulações buscam evitar a caducidade do contrato com a Bamin, o que ajudaria a reduzir o tempo de paralisação das obras e o gasto com indenizações.

FERROVIA ESTADUAL AVANÇA - Enquanto o projeto federal ainda passa por análises, a Ferrovia Estadual Senador Vicente Emílio Vuolo, liderada pela Rumo Logística, já está em construção. O traçado, com 730 quilômetros de extensão, conectará Lucas do Rio Verde a Rondonópolis (MT) e, de lá, ao Porto de Santos, principal rota



Projeto do governo prevê aproveitar traçado da Fiol e da Fico para ligar Lucas do Rio Verde ao Porto de Ilhéus

de exportação do agronegócio brasileiro.

O primeiro terminal de cargas do projeto está sendo construído entre Dom Aquino e Primavera do Leste, com entrega prevista para 2026. Com capacidade para escoar até 10 milhões de toneladas de grãos por ano, o terminal promete otimizar o trans-

porte da produção agrícola e reduzir o tráfego de caminhões nas rodovias.

A Ferrovia Estadual terá um custo estimado entre R\$ 14 bilhões e R\$ 15 bilhões, financiados integralmente pelo setor privado. Já o projeto federal prevê investimentos vultosos para concluir trechos da Fiol e da Fico.

Esses projetos não apenas ampliam a capacidade logística do Brasil, mas também geram empregos e impactam diretamente a economia local. Apenas as obras da Ferrovia Estadual já empregam mais de mil pessoas, com expectativa de crescimento nos próximos anos.

PARCERIA COM TCE

Fiemt contribuirá com diagnóstico de incentivos



Divulgação/Fiemt

Da redação

A Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt) irá apresentar contribuições para a formatação de um diagnóstico sobre os incentivos fiscais que está sendo produzido pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) para avaliar o impacto os benefícios que o mecanismo traz para o desenvolvimento econômico do Estado. O assunto foi pauta de uma reunião entre a Fiemt e representantes do TCE realizada nessa quarta-feira (04.12).

"A economia de Mato Grosso segue crescendo, mas para agregar mais valor é preciso investir na industrialização, que possui uma cadeia produtiva mais longa, gerando emprego, renda e contribuindo para a arrecadação de impostos, que se revertem em serviços para a população. Precisamos discutir estratégias para

a verticalização da indústria e a concessão de incentivos fiscais é uma parte importante deste debate", pontuou o presidente da Fiemt, Silvio Rangel.

O vice-presidente da Fiemt e presidente do Movimento Mato Grosso Competitivo (MMTC), Gustavo de Oliveira, destacou que o setor industrial tem características diversas e que competem de formas diferentes no mercado.

"A Fiemt representa 37 sindicatos nos mais diferentes segmentos, que possuem formas diferentes de competir no mercado. O setor de biocombustível, por exemplo, é voltado para a comércio nacional, enquanto o da construção aposta no mercado local. São empresas que geram muitos empregos e valor agregado para a economia". Segundo ele, os incentivos fiscais são necessários para equilibrar o custo Mato Grosso.

Para o conselheiro do TCE MT, Antônio Joaquim, relator do estudo, a finalização do diagnóstico vai considerar ouvir todas as federações produtivas do Estado, identificando as demandas e gargalos. "Estamos fazendo essa auditoria para saber os impactos que causam os incentivos fiscais. Reconhecemos a importância dos benefícios para o desenvolvimento do Estado. É preciso dar transparência e justificar esses valores que o Estado investe".

Ao final da reunião, ficou decidido que a equipe técnica da Fiemt apresentará até o final de janeiro de 2025 um relatório oficializando as contribuições para a formatação de um diagnóstico dos incentivos fiscais. Além disso, serão realizadas reuniões de alinhamento para discutir e apresentar números relevantes do setor industrial.

PROJETO AGROSOLIDÁRIO

Aprosoja-MT é homenageada no 16º Prêmio Brotar

Da redação

A Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso recebeu na terça-feira (3) o Prêmio Brotar, que é realizado pelo Instituto Desportivo da Criança (IDC), e chegou a sua 16ª edição. O prêmio reconhece a realização de projetos sociais, como o Agrosolidário, que beneficia há 15 anos instituições com a distribuição de bebidas de soja, chegando hoje a mais de 14 mil famílias anualmente.

Para o vice-presidente Oeste da Aprosoja MT, Luiz Otavio Tatim, ser reconhecido por um projeto que há tantos anos faz a diferença na vida e na mesa de tantas crianças, é satisfatório.

"A Aprosoja MT apoia esse projeto há 11 anos, e nós temos um projeto dentro da nossa entidade chamado Agrosolidário, onde nós executamos esse projeto e a cada ano que

passa buscamos aprimorar cada vez mais ele. A gente está sempre junto com as crianças, fazendo com que elas aprendam um pouco da nossa cadeia produtiva, entendam um pouco da sustentabilidade, que é algo que a nossa entidade, o nosso estado busca propagar mais esse tipo de informação", ressaltou Tatim.

O IDC atende hoje mais de 1.600 crianças e adolescentes de escolas públicas de Cuiabá e seus distritos, como Várzea Grande, Chapada dos Guimarães e Sinop, oferecendo projetos como "Do ré mi Kids", "Volei Kids" e "Futebol Kids", todos relacionados a saúde, educação e meio ambiente. A entidade, é uma das 81 instituições espalhadas por 39 municípios de Mato Grosso e uma no Distrito Federal, que recebem a bebida de soja por meio do Agrosolidário. São 640 pacotes de bebida de soja

distribuídos a IDC semestralmente, que ajuda muitas famílias como afirma a gerente executiva da IDC, Selma Lopes.

"As famílias recebem, elas criam receitas, elas fazem vitaminas, então no momento de receber essa bebida, eles ficam muito felizes, porque isso vem ajudar e agregar e fortalecer também a alimentação deles em casa", garante Selma.

Completando 15 anos em 2024, o programa Agrosolidário vem ao longo desse tempo nutrido a esperança de muita gente. Estruturado em quatro áreas principais, "Soja é Vida", "Soja é Cultura", "Soja Social" e "Soja é Esporte" o programa da Aprosoja MT contribui além de tudo, com o futuro de quem mais representa o amanhã, que são as crianças, como resalta o vice-presidente Leste da Aprosoja MT Lauri Pedro Jantsch.

"Para nós é uma alegria muito grande estar contribuindo com o futuro das crianças nesse projeto maravilhoso, a Aprosoja

MT atende há mais de 15 anos com o projeto Agrosolidário as entidades cadastradas, e para nós que somos da Aprosoja MT,

produtores de soja e milho de Mato Grosso, a gente fica honrado em participar desse projeto", finaliza Lauri.



Divulgação/Aprosoja-MT

Prêmio reconhece o projeto Agrosolidário, que há 11 anos fornece bebida de soja para 1.600 crianças



HMC

Isso é mudança nossa



Dá para ver a mudança nos quatro cantos da cidade, que agora tem mais estrutura, educação, saúde e qualidade de vida. Hoje, os cuiabanos vivem em uma nova Cuiabá, humanizada e preparada para continuar avançando.

Cuiabá tô
Isso é



que transforma
mudança nossa



CUIABÁ
PREFEITURA

INCLUSÃO NO ESPORTE

Festival Paralímpico chega a MT

Da redação

A Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (Secel) organiza a 2ª Edição do Festival Paralímpico, a partir das 8h deste sábado (07), em Cuiabá. O evento, que é uma ação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), também será realizado nos municípios de Barra do Garças, Cáceres, Paranatinga e Várzea Grande com o apoio da Secel.

O festival busca celebrar o Dia Internacional das Pessoas com Deficiências, comemorado na terça-feira (03), assim como proporcionar às crianças a vivência de modalidades paralímpicas.

“Esse festival busca proporcionar experimentações práticas com as modalidades paradesportivas e paralímpicas e motivar, ainda mais, nossas crianças e jovens à prática de esportes e revelação de novos talentos”, destaca o superintendente de Esportes e Lazer, Otávio Rodrigo Palacio Favaro.

Podem participar crianças e jovens de 07 até 17 anos com ou sem deficiência, mas o limite de inscritos é de até 20% para os menores sem deficiência em cada núcleo.

Em Cuiabá, o evento ocorrerá na Arena Pantanal. Serão oferecidas as modalidades de atletismo, basquete em cadeira de rodas, vôlei sentado, tênis de mesa, ciclismo, tiro com arco (arco e flecha), xadrez, dominó e judô.

“No último campeonato Paralímpico em São Paulo 2024, nossos atletas conquistaram diversas medalhas. Desta forma, nosso Estado está crescendo em número de participantes e em número de modalidades e tem um potencial enorme nesse segmento”, afirma Otávio.

Na primeira edição do evento, em setembro, houve cerca de 25.661 inscritos pelo país. Em Mato Grosso, o festival ocorreu nos municípios de Cuiabá, Barra do Garças, Cáceres, Canarana, Paranatinga e Várzea Grande.



Vôlei sentado é uma das modalidades propostas às crianças no Festival Paralímpico

JIU-JITSU KIDS

Equipe de MT conquista 1º lugar no Mundial

Da redação

A equipe Mato Grosso se consagrou campeã geral do Campeonato Mundial Kids de Jiu-Jitsu Esportivo 2024, com 47 medalhas, sendo 10 de ouro, 16 de prata e 21 de bronze. Realizado pela Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu Esportivo (CBJJJE), o evento esportivo ocorreu no sábado (30) e domingo (1º), em São Paulo (SP). A viagem dos 88 atletas infantis contou com o apoio da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (Secel).

“Queremos agradecer o nosso secretário, David Moura e também o governador, Mauro Mendes, por ter nos ajudado com esses ônibus que levaram nossos

atletas para representar o Estado. E aí está o resultado”, ressalta o presidente da Federação de Jiu-jitsu Esportivo do Estado de Mato Grosso, Paulo Cesar Venâncio.

Outra delegação matogrossense de Jiu-Jitsu Esportivo também representou o Estado no Campeonato Mundial Juvenil, Adulto e Master, realizado nos dias 23 e 24 de novembro, também em São Paulo (SP). Com a participação de 39 atletas inscritos, a equipe Mato Grosso conquistou 17 medalhas, sendo 5 de ouro, 2 de prata e 10 de bronze.

A logística para a participação da equipe Mato Grosso nos dois campeonatos contou com o apoio

da Secel, com a disponibilização de dois ônibus. No total, somando os dois eventos, Mato Grosso acumulou 64 medalhas, consolidando o nome de Mato Grosso como referência nacional no Jiu-Jitsu Esportivo.

“Parabéns ao excelente desempenho da equipe Mato Grosso, que vem se destacando em competições estaduais e nacionais. Vale lembrar que em julho deste ano, a equipe foi bicampeã no Campeonato Brasileiro de Jiu-Jitsu Esportivo. Agradeço a dedicação de todos os profissionais e atletas, e ao Governo do Estado pelo apoio nessas conquistas expressivas”, complementa Venâncio.

SERVIÇO

2º Festival Paralímpico em Mato Grosso

Cuiabá

Local: Arena Pantanal
Informações: www.secel.mt.gov.br/eventos-esportivos

Barra do Garças

Local: Escola Interativa Coopema
Informações: [instagram @festivalparalimpico_bg](https://www.instagram.com/festivalparalimpico_bg)

Cáceres

Local: Centro de Iniciação Esportiva
Informações: [instagram @crpb.unemat](https://www.instagram.com/crpb.unemat)

Paranatinga

Local: E.E. Apolônio Bouret de Melo
Informações: 66 98414-6360 (Associação Desportiva Paranatinga)

Várzea Grande

Local: Ginásio Fiotão
Informações: [@crpb.vg](https://www.instagram.com/crpb.vg)

RESUMO DE NOVELAS

Os resumos dos capítulos de todas as novelas são de responsabilidade de cada emissora. Os capítulos que vão ao ar estão sujeitos a eventuais reedições



GAROTA DO MOMENTO Globo – 18h15

Sexta - Basílio não cai na armadilha de Lígia, e se faz de ofendido. Beatriz repreende a atitude de Lígia, e Glorinha e vai atrás de Basílio. Beatriz afirma a Basílio que não tem dúvidas de que Beto o agrediu. Iolanda expulsa Ulisses de sua casa. Beatriz confronta Beto. Zélia furta um comprimido de Clarice e coloca na bebida de Orlando. Glorinha pede perdão a Beatriz. Teresa descobre que Jacira a estava enganando sobre sua saúde. Basílio conta a Maristela sobre o plano de Lígia. Maristela convence Juliano a contratar Basílio como motorista da Perfumaria Carioca. Orlando sente fortes dores de cabeça após tomar o remédio e Zélia tenta descobrir por que Maristela menta Clarice. Beatriz descobre que Clarice tem documentos falsos.



VOLTA POR CIMA Globo – 19h15

Sexta - Madalena e Doralice desconfiam do bilhete anônimo. Miranda confirma a suspeita de Cida. Roxelle não consegue resistir a Chico. Violeta exige que Rique contrate Madalena para fazer a festa de apresentação de Osmar e de reinauguração do galpão do Dragão Suburbano. Cida vai à sua primeira consulta com o psicólogo. Jão leva Gigi para sua casa. Jin se preocupa quando Min-Ji avisa que seu paradeiro será divulgado. Doralice procura Osmar e se surpreende ao encontrar Tereza trabalhando para o irmão. Miranda entrega novos comprimidos para Nando. Silvia tenta convencer Belisa a revelar seu segredo. Doralice pede para Rique reconstruir Tereza como costureira. Cacá passa mal e liga para Jão, que pede para Madalena acompanhá-lo.



A CAVERNA ENCANTADA SBT – 20h45

Sexta - Fafá diz a Goma que conseguiu uma proposta imperdível com a Rock N'Bolly para vender as balas, mas Goma recusa a proposta. Elisa autoriza Gabriel, Pilar e Tonico a fazerem um passeio com as crianças na cidade. No Pet Shop, César aconselha Cristina a escrever sobre animais em uma coluna jornalística. Elisa vê o namorado abraçado com Cristina, já acreditando na traição. Norma se junta a eles no Pet Shop e declara que César mudou completamente Elisa, deixando-a indisciplinada. A diretora acaba fazendo terapia de casal com os dois. Felipe e Rui desaparecem do passeio e invadem a casa de Shirley e Wanda. Goma lê a notícia que Sr. Chiclete, seu concorrente, fechou um negócio bilionário com a Rock N'Bolly. Felipe e Rui amarram Shirley e Wanda e exigem o escafandro.



MANIA DE VOCÊ Globo – 21h15

Sexta - Moema descobre que Iberê estava espionando Viola e Rudá, e pede ao sobrinho para não contar a Mavi o paradeiro da caçara. Mércia marca de se encontrar com Volney. Mavi exige que Iberê dê um susto em Volney. Wagner incentiva Dhu a se valorizar no trabalho. Leidi fica desesperada com a intenção de Berta de doar a herança de Tomás. Volney consegue avisar a Mércia sobre seu paradeiro. Mércia enfrenta Mavi.

Os resumos dos capítulos de todas as novelas são de responsabilidade de cada emissora - Os capítulos que vão ao ar estão sujeitos a eventuais reedições.



O MELHOR DA COMIDA CASEIRA!

PEÇA AGORA!

☎ 65 97400-7660
ou pelo app: **ifood**

Av. XV de Novembro, 211
Centro Sul, Cuiabá - MT,
78020-301



CASO COMPLEXO

Morte de Zampieri completa um ano

Execução de advogado em Cuiabá abriu 'Caixa de Pandora', revelando um dos maiores escândalos da história do Judiciário brasileiro

Igor Guilherme

O assassinato do advogado Roberto Zampieri completou um ano na quinta-feira, 5 de dezembro de 2023. O crime cometido no bairro Bosque da Saúde, em Cuiabá, abalou a advocacia mato-grossense e acabou revelando um escândalo nacional de venda de sentenças judiciais, atingindo até o Superior Tribunal de Justiça (STJ). A descoberta veio após perícias realizadas no celular da vítima, cujas informações expuseram uma rede de corrupção envolvendo empresários e membros do Judiciário.

O crime, cometido por Antônio Gomes da Silva, com a participação do instrutor de tiro Hedilerson Fialho Martins Barbosa e financiado pelo coronel da reserva do Exército, Etevaldo Luiz Caçadini de Vargas, chocou o estado e levou a uma série de investigações em diferentes estados.

Até o momento, o mandante do crime é apontado como o produtor rural Anibal Manoel Laurindo. Segundo a Polícia Civil, Anibal teria encomendado a morte do advogado após uma receber uma decisão judicial desfavorável, proferida pelo desembargador Sebastião Moraes, em um processo sobre disputa de terras.



Roberto Zampieri foi executado na noite do dia 5 de dezembro de 2023, quando deixava seu escritório em Cuiabá

BOMBA NO JUDICIÁRIO

Quase sete meses depois do crime, no dia 1º de agosto deste ano, uma 'bomba' explodiu no Judiciário mato-grossense, com o afastamento cautelar de dois desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (TJMT), Sebastião de Moraes Filho e João Ferreira Filho. A decisão partiu do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por suspeita de envolvimento em um es-

quema de venda de sentenças.

A época, foi revelado que os magistrados mantinham amizade íntima com Zampieri, o que os tornaria suspeitos para decidir processos patrocinados pelo advogado, e recebiam vantagens financeiras indevidas e presentes de elevado valor para julgarem recursos de acordo com os interesses de Zampieri.

O afastamento foi validado pelo CNJ e os de-

sembargadores tiveram o sigilo bancário quebrado. Poucos dias se passaram e mais uma bomba abalou o judiciário mato-grossense, com a revelação de conversas nas quais Zampieri mandava fotos de barras de ouro para os desembargadores.

As fotos foram encaminhadas após uma conversa entre os dois, na qual o desembargador teria se mostrado insatisfeito com Zampieri por não comparecer ao escritório do ma-

gistrado em uma ocasião anterior. A foto teria sido encaminhada no dia 15 de outubro.

O caso "subiu de nível" devido à suspeita de envolvimento de membros do STJ no esquema de venda de sentenças. Em outubro deste ano, foi revelada uma investigação para apurar tais indícios. Segundo o site UOL revelou que as investigações chegaram aos gabinetes dos ministros Og Fernandes, Paulo Dias Moura,

Isabel Galotti e Nancy An-drighi.

Em outubro, cinco desembargadores do Mato Grosso do Sul foram afastados do cargo pelo STF, por suspeita de venda de sentenças. Já na última semana de novembro, uma operação da Polícia Federal terminou com os desembargadores Sebastião Moraes e João Ferreira tornozelados. Além disso, foi preso um lobbista responsável por intermediar as negociações com Zampieri.

DE VOLTA AO TRIO ORIGINAL

Os três investigados pela execução de Zampieri continuam presos. Antônio Gomes e Hedilerson Fialho estão na Penitenciária Central do Estado, enquanto o coronel Etevaldo segue no 44º Batalhão de Infantaria Motorizada. O tribunal do júri está marcado para 2025 e Antônio afirma ter uma "bala de prata" para esse caso. Ele deve revelar o verdadeiro mandante do crime. Em depoimento na audiência de instrução, Antônio deu sinais de que se trata de uma pessoa perigosa e pediu que sua segurança fosse resguardada.

"Com garantia da minha vida, no tribunal do júri eu vou revelar. Porque eu sei com quem eu estou mexendo", disse o executor.

POLÍTICA

CÂMARA DE CUIABÁ

Max nega racha no PSB e defende independência

Gilberto Leite | Estadão Mato Grosso



Russi diz que divergências são naturais da política e garante independência de vereadores

Fernanda Leite | Thiago Portes

O primeiro-secretário da Assembleia Legislativa e presidente estadual do PSB, Max Russi, reafirmou que os vereadores eleitos pelo partido têm liberdade para escolher em quem votar para o novo presidente da Câmara Municipal de Cuiabá. O parlamentar negou a existência de um racha dentro da legenda.

"Eles terão liberdade de tocar os seus mandatos conforme as suas convicções e aquilo que se comprometeram durante a campanha. Eu, enquanto presidente estadual do PSB não irei impor nada ou exigir algo dos nossos parlamentares municipais. Eles terão liberdade de conduzir os seus mandatos da forma que entenderem e

que for melhor para Cuiabá. Se algum parlamentar desviar a sua conduta dá forma ética ou algo neste sentido terá repressão do partido, mas enquanto eles tiverem fortalecendo os seus mandatos em prol de Cuiabá terão liberdade", disse Russi.

O PSB foi o partido mais votado para a Câmara Municipal nas eleições de outubro. Ao todo, o partido elegeu quatro vereadores: Ildé Taques, Dídimo Vovô, Sargento Joelson e Katiúscia Mantelli.

Ildé Taques e Katiúscia Mantelli estão a favor da Mesa Diretora encabeçada por Paula Calil (PL), em apoio ao prefeito eleito Abílio Brunino (PL). Dídimo Vovô é do grupo de Jefferson Siqueira (PSD), que é candidato à presidência. Sargento Joelson declarou neutralidade.

Russi alega que não gostaria de ter inferência em seu mandato e, devido a isso, concede liberdade para os eleitos tocarem os seus conforme lhe convém.

"É natural isso, e cada parlamentar fez a sua campanha e sua defesa com seu grupo e tem suas bandeiras e defendem os projetos e é natural que eles busquem força para que façam os seus trabalhos, e da mesma forma, não gostaria que interferisse no meu na Assembleia Legislativa", comentou.

Max disse que só irá intervir em caso de alteração na conduta como parlamentar.

"Se algum parlamentar desviar a sua conduta de forma ética ou algo nesse sentido, aí terá alguma repressão ou algo por parte do partido", disse.

PROGRAMA TOLERÂNCIA ZERO

Mauro sanciona criação da Secretaria de Justiça

Da redação

O governador Mauro Mendes (União) sancionou a criação da Secretaria de Estado de Justiça (Sejus), a partir de 1º de janeiro de 2025. A sanção foi publicada no Diário Oficial do Estado de quinta-feira (5). A criação da Sejus faz parte do programa Tolerância Zero ao Crime Organizado, lançado pelo governador, na última semana.

"Dentro do nosso programa de Tolerância Zero com o Crime Organizado, a Secretaria de Justiça passa a ter papel fundamental. Com ela, teremos foco maior em resolver os problemas do Sistema Penitenciário, evitando que os bandidos continuem comandando o crime de dentro da cadeia. Prisão é para punir e ressocializar, e não pode ser home office do

crime", afirmou Mauro Mendes.

A Sejus foi desmembrada da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) e passa a ser responsável por administrar os Sistemas Penitenciário e Socioeducativo e a política estadual sobre drogas. Já a Sesp focará suas ações no combate ao crime organizado.

O delegado Vitor Hugo Bruzulato Teixeira chefiará a Pasta, que terá como secretário adjunto o policial penal federal André Fernandes Ferreira. A nomeação dos dois para os respectivos cargos deve sair em breve.

"A criação dessa secretaria traz uma estrutura moderna e robusta para que tenhamos condições de desenvolver ações operacionais contra o crime organizado. O objetivo também é, dentro de uma ges-

tão eficiente, melhorar os procedimentos para que, com a estrutura de uma secretaria, possamos resolver a entrada de ilícitos nas unidades prisionais e controlar os líderes de facção", apontou o delegado.

Vitor Hugo também destacou que, apesar da Sejus entrar em vigor a partir de 2025, as ações de combate ao crime organizado no sistema penitenciário e socioeducativo mato-grossense

continuarão com revistas nas unidades prisionais para retirada de objetos ilegais. Enquanto não assume a Sejus, o delegado atua como secretário adjunto de Administração Penitenciária da Sesp.

"Nós estamos em período de transição e, assim que a Sejus entre em exercício de fato, seguiremos com o planejamento já existente de combate às facções criminosas", ressaltou.